

CONTRATO REF.^a Nº 48_ GPENAPOR_2022

**Contrato Prestação de Serviços de Fiscalização das Empreitadas de
Construção do Espaço Social de Mão de Obra Portuária**

e

Extensão da Gare Marítima

- Ilha de Santiago/Porto Praia –

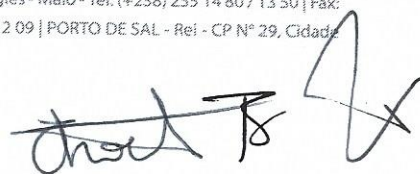
ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

R&L- Engenharia, Construções e Imobiliária, Lda

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.



Entre:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 200487264/120061222, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

E

R&L- Engenharia, Construções e Imobiliária, Lda com sede na Av. UCCLA, Porta nº. 10, 2º Andar, Achada de Santo António, cidade da Praia, Ilha de Santiago, detentora do capital social de 5.000.000\$00, contribuinte com o NIF: 232221006, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº. 232221006/2874420151113, legitimamente representada neste ato pelo Eng. **Carlos Alberto da Silva Rocha**, residente na Rua ilha do Fogo, Porta nº. 52, Palmarejo, cidade da Praia, titular do NIF: 124282806, na qualidade de Sócio/Gerente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”



Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante desencadeou o processo de ajuste direto, com base na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Código da Contratação Pública.
- b) A minuta do contrato de prestação de serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

É celebrado o presente contrato de prestação de serviços, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto e Âmbito da Prestação de Serviços)

- 1. Constitui objeto do presente contrato, a **prestação de serviços de fiscalização, das empreitadas de Construção do Espaço Social de Mão de Obra Portuária e de Extensão da Gare Marítima do Porto da Praia, Ilha Santiago**, a serem executados pelos empreiteiros Varela & Engenharia Sociedade Unipessoal e Serralharia Vidal, Lda, respetivamente.
- 2. Considera-se como parte integrante da presente prestação de serviços, todas as demais tarefas de apoio ou acessórias ao bom desempenho da mesma, que sejam solicitadas pela Primeira outorgante.

CLÁUSULA 2.ª

(Prazo de Execução)

- 1. A prestação dos serviços objetos do presente contrato tem a duração de 11 (onze) meses que corresponde ao prazo de execução das obras, sendo;
 - a) 08 (oito) meses para a empreitada de Construção do Espaço Social de Mão Obra Portuária do Porto da Praia;
 - b) 03 (três) meses para a empreitada de Extensão da Gare Marítima do Porto da Praia.



2. Todos os serviços a serem prestados no âmbito do presente contrato serão executados no decurso dos prazos estabelecidos no número anterior.
3. Os prazos referidos no número 1 poderão ser prorrogados, ficando condicionados ao cumprimento do prazo de execução por parte dos empreiteiros.

CLÁUSULA 3.^a
(Local de Prestação dos Serviços)

O local permanente da prestação dos serviços identificados na Clausula 1.^a do presente contrato, é no Porto da Praia, Ilha de Santiago.

CLÁUSULA 4.^a
(Representantes dos Outorgantes)


1. A Primeira Outorgante deve designar, por escrito, um seu representante, o qual receberá todas as informações e comunicações da Segunda Outorgante e estará autorizado a tomar todas as providências e a dar todas as instruções e aprovações em nome da Primeira Outorgante.
2. O representante referido no número anterior, pode ser substituído, após notificação escrita à Segunda Outorgante, de acordo com a vontade da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante designará, mediante aprovação por parte da Primeira Outorgante, o Engenheiro Coordenador que integrará a equipa de Fiscalização.

CLÁUSULA 5.^a
(Pessoal do Segunda Outorgante)

1. É da responsabilidade da Segunda Outorgante a seleção e o recrutamento de todo o pessoal especializado, não especializado e auxiliar para a Direção e a execução da prestação dos serviços, assim como todos os encargos e despesas com esse pessoal, nomeadamente, de viagem, alojamento, alimentação, deslocações diárias, ajudas de custo, subsídios diversos, necessários à adequada prestação dos serviços.



2. A Segunda Outorgante é obrigada a manter nos locais de trabalho, a disciplina e boa ordem do pessoal ao seu serviço.
3. Se a Segunda Outorgante empregar pessoal estrangeiro será de sua responsabilidade a criação e a manutenção das condições necessárias para o exercício da respetiva atividade profissional em Cabo Verde.
4. O horário de trabalho a ser seguido pelo pessoal da Segunda Outorgante, será idêntico ao dos empreiteiros, respeitando as disposições da legislação nacional em vigor, e deve ser equacionado de modo a cobrir os pedidos de trabalho extraordinário eventualmente solicitados pelos empreiteiros.
5. O recurso a horas suplementares, ou trabalho em dias feriados ou de descanso semanal, por parte do pessoal da Segunda Outorgante são da sua inteira responsabilidade, não podendo ser faturado à Primeira Outorgante, com exceção de solicitação expressa e fundamentada da Primeira Outorgante ou do empreiteiro e em caso de ocorrência de força maior, nos termos deste contrato.
6. A pedido da Primeira Outorgante, será substituído qualquer elemento do pessoal ao serviço da Segunda Outorgante, no prazo indicado na solicitação, quando a sua presença se revele prejudicial ao normal andamento dos trabalhos ou à boa ordem no local da prestação dos serviços.
7. A Segunda Outorgante é obrigada a notificar à Primeira Outorgante da sua intenção de demitir ou transferir qualquer membro do seu pessoal que desempenhe tarefas de responsabilidade no controlo da execução das empreitadas objeto de fiscalização. A substituição deverá ser feita por elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência equivalente ou superior, devendo ter o acordo prévio da Primeira Outorgante e não acarretar qualquer encargo adicional.
8. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a Primeira Outorgante o solicite, a Segunda Outorgante deverá comprovar terem sido efetuados os seguros obrigatórios por lei contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, cobrindo as despesas e encargos resultantes de eventuais incapacidades ou falecimentos, as despesas e encargos



relativos a assistência médica, cirúrgica e de fornecimento de medicamentos, despesas e encargos decorrentes de hospitalização e perdas correspondentes de salários, abrangendo esse seguro os períodos das deslocações e viagens relativamente a todo o seu pessoal, bem como comprovar que se encontra atualizado o pagamento dos respetivos prémios de seguro e ainda comprovar que está em dia com as contribuições para a Previdência Social.

CLÁUSULA 6.^a
(Organização e Meios)

1. A Equipa de Fiscalização é a que consta nos termos da proposta adjudicada.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a reforçar a staff de pessoal, suportando integralmente os respetivos encargos, no caso de se verificarem insuficiências no desempenho dos serviços contratados, que não resultem de alterações das condições de execução da empreitada que formaram os pressupostos para o dimensionamento da equipa a afetar.
3. No caso de verificar-se o previsto no número 2 da presente cláusula, a Segunda Outorgante obriga-se a proceder, em termos idênticos, ao necessário reajustamento dos meios materiais.

CLÁUSULA 7.^a
(Condições Locais, Meios Auxiliares)

1. A Segunda Outorgante será responsável pelo controlo do Plano de Segurança e Saúde (PSS), cabendo-lhe, apreciar o desenvolvimento das alterações ao PSS para a execução de cada empreitada, propondo à Primeira Outorgante, num prazo de 5 (cinco) dias após a apresentação, pelos empreiteiros, dos referidos desenvolvimentos, as alterações adequadas com vista à sua validação técnica.
2. A Segunda Outorgante procederá à elaboração de um relatório mensal sobre a saúde e segurança, referindo mormente ao ponto da situação quanto à frequência e gravidade da sinistralidade.



3. O primeiro relatório será entregue no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato, devendo os restantes ser entregues até ao dia 10 do mês seguinte.
4. A Segunda Outorgante será responsável pela verificação da implementação dos procedimentos e das medidas de mitigação de riscos que venham a ser solicitadas pela Primeira Outorgante, bem como pelo cumprimento da legislação ambiental vigente.
5. A Segunda Outorgante procederá à elaboração de um Relatório mensal sobre o acompanhamento ambiental das obras, referindo os procedimentos adotados e a ocorrência de acidentes suscetíveis de provocar impactos ambientais significativos.

CLÁUSULA 8.^a

(Deveres da Segunda Outorgante)

1. À Segunda Outorgante incumbe vigiar e verificar o exato cumprimento dos Projetos e suas alterações, dos contratos e do Plano de trabalhos das empreitadas incluídas no âmbito da presente prestação de serviços de fiscalização, em estrito cumprimento da legislação aplicável, das disposições contratuais e das boas práticas técnicas.
2. A Segunda Outorgante está obrigada designadamente ao seguinte:
 - a) Cumprir as cláusulas do presente contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Fazer cumprir os Cronogramas de execução das empreitadas;
 - c) Fazer cumprir os Orçamentos de adjudicação das empreitadas;
 - d) Propor e aplicar as medidas corretivas necessárias aos eventuais desvios de prazos e custos, que se venham a verificar;
 - e) Prestar à Primeira Outorgante, mediante relatórios mensais e sempre que solicitado, toda a informação relevante relativa a custos, prazos, segurança, saúde e ambiente;



- f) Atuar de acordo com a legislação nacional vigente, nomeadamente em matéria de Fiscalização, competindo-lhe ainda a coordenação da segurança, em fase de obra, por via dos técnicos com formação e experiência adequadas;
- g) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com as empreitadas;
- h) Respeitar e fazer respeitar, no que seja aplicável às empreitadas a realizar e não esteja em oposição com os documentos dos contratos que venham a ser especificados, as normas nacionais, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes;
- i) Não permitir que sejam infringidos quaisquer direitos de patente, de projeto, de marcas, de nomes ou de outros direitos de autor, ou de propriedade industrial respeitantes a projetos, materiais, equipamentos fornecidos ou trabalhos realizados;
- j) Não ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, ou associar-se seja sob que forma for, a outra entidade para a execução da prestação de serviços, sem prévio acordo escrito da Primeira Outorgante.

CLÁUSULA 9.^a
(Sigilo)

1. A Segunda Outorgante garantirá o sigilo quanto às informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Primeira Outorgante.
2. A Segunda Outorgante deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus contratados que tenham de recorrer às mesmas para a correta execução do contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível à Segunda Outorgante.



3. No final da execução do presente contrato, a Segunda Outorgante entregará à Primeira Outorgante todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.
4. Todos os elementos documentais referidos no número anterior passarão a ser propriedade da Primeira Outorgante, sem prejuízo para os direitos de autor e os direitos de propriedade industrial que a Segunda Outorgante tenha sobre os mesmos.
5. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:
 - a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que a Segunda Outorgante seja ou possa ser considerada direta ou indiretamente responsável de tal fato;
 - b) Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse da Segunda Outorgante e não sejam objeto de restrições ou limitações;
 - c) Os documentos e informações recebidos pela Segunda Outorgante de terceiros que não exijam à Segunda Outorgante compromisso de confidencialidade.

CLÁUSULA 10.^a
(Direito de Acompanhamento)

1. A Segunda Outorgante deve manter toda a documentação, livros e registos relativos à prestação de serviços objeto do presente contrato, de forma ordenada e atualizada que permita um acompanhamento sistematizado por parte da Primeira Outorgante.
2. Mediante solicitação da Primeira Outorgante, os seus representantes podem ter acesso, durante o horário de trabalho e nos locais de execução da prestação de serviços, aos arquivos, registos, documentação e outros dados que permitam confirmar o cumprimento dos termos e condições do contrato pela Segunda Outorgante.



CLÁUSULA 11.^a

(Preço)

1. O valor global do contrato, correspondente à sua vigência de 11 (onze) meses, é de **1.370.000,00** (um milhão, trezentos e setenta mil escudos), valor a ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato a Primeira Outorgante pagará à segunda outorgante uma retribuição mensal de:
 - 2.1. **160.000,00 CVE** (cento e sessenta mil escudos), ao qual será acrescido o valor do IVA à taxa legal em vigor, referente à Empreitada de Construção do Espaço Social de Mão Obra Portuária, considerando os **08 (oito) meses** de execução estabelecido na Cláusula 2.^a;
 - 2.2. **30.000,00 CVE** (trinta mil escudos), ao qual será acrescido o valor do IVA à taxa legal em vigor, referente à Empreitada de Extensão da Gare Marítima do Porto da Praia, considerando os **03 (três) meses** de execução estabelecido na Cláusula 2.^a
3. A faturação por parte da Segunda Outorgante **está dependente do arranque das empreitadas, ou seja, da efetiva realização dos serviços**, podendo ser faturado somente para uma das empreitadas.
4. Não haverá revisão de preços dentro do prazo de execução estabelecido e no âmbito dos serviços contratados.

CLÁUSULA 12.^a

(Pagamentos ao Segundo Outorgante)

1. O pagamento das prestações contratuais será efetuado em escudos e unicamente mediante a apresentação de uma fatura mensal, em duplicado, e em cumprimento do estabelecido no Código do IVA.
2. Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da receção das respetivas faturas.



CLÁUSULA 13.^a
(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível, exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte;
4. O não cumprimento voluntário do disposto no número anterior, faz a Segunda Outorgante incorrer na obrigação de reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo, para o efeito, efetuar a dedução na caução ou nos pagamentos à Segunda Outorgante.

CLÁUSULA 14.^a
(Resolução por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;



- c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas pela Primeira Outorgante sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- d) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com a inobservância dos termos previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pela Segunda Outorgante da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé; e
- f) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

CLÁUSULA 15.^a
(Efeitos de resolução)

- 1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito.

CLÁUSULA 16.^a
(Resolução por parte da Segunda Outorgante)

A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais, pela Primeira Outorgante, e ainda nas seguintes situações:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pela Primeira Outorgante.



CLÁUSULA 17.^a
(Cessão da Posição Contratual)

1. A Segunda Outorgante não pode ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, ou associar-se, seja sob que forma for, a outra entidade para a execução da presente prestação de serviços.
2. A Segunda Outorgante não pode ceder os seus créditos decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA 18.^a
(Notificações/Comunicações – Domicílio do Contrato)

3. As comunicações entre as partes serão feitas por escrito e apenas serão consideradas efetuadas através dos endereços e números de telefone seguintes:

Primeira Outorgante:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS,
S.A.

Avenida Marginal, C.P. n.º 82, São Vicente - Cabo Verde

Tel.: +238 230 75 00

E-mail: osvaldo.lobes@enapor.cv / eliseu.silva@enapor.cv

Segunda Outorgante:

R&L- Engenharia, Construções e Imobiliária, Lda.

Rua Ilha do Fogo, Palmarejo, Praia, Santiago – Cabo Verde

Tel.: 2620764/3560758

E-mail: carlosrocha.rel.construcoes@gmail.com

4. A mudança de qualquer das moradas acima indicadas deverá ser comunicada à contraparte, produzindo efeitos imediatos.

CLÁUSULA 19.^a
(Vigência do Contrato)

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e condicionado ao início efetivo das empreitadas pelo prazo previsto no número 1 da Cláusula Segunda.



2. Logo que as empreitadas forem sendo objeto de receção provisória, a Segunda Outorgante informará, por escrito, à Primeira Outorgante e proceder-se-á em conjunto, a uma vistoria geral, finda a qual poderá ser lavrado um Auto de Conclusão que será assinado por representantes qualificados dos dois Outorgantes.
3. Se nada houver em contrário e se a Primeira Outorgante tiver assinado os Autos de Conclusão, considera-se concluída a prestação de serviços de Fiscalização.

CLÁUSULA 20.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.
2. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal da Comarca da Praia, com expressa renúncia qualquer outro.

Cláusula 21.^a
(Contagem dos Prazos)

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

CLÁUSULA 22.^a
(Lei aplicável)

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente contrato, aplica-se o regime previsto no Código Civil e demais legislação aplicável.



As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 16 (dezasseis) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos I e II** identificados e, que são rubricados pelas partes

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 01.º dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva


Portos de Cabo Verde

A Segunda Outorgante
R&L, LDA


Eng.º Carlos Alberto da Silva Rocha
Sócio-Gerente


R&L - Construções

Anexo I

Proposta Fiscalização Espaço Social e Extensão Gare Marítima apresentada no dia 20 setembro de 2022 com 01 página

Anexo II

Proposta Fiscalização Espaço Social apresentada no dia 07 setembro de 2022 com 01 página

